

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**FERNANDA PINTO ÁVILA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Jaguarão  
2017**

**FERNANDA PINTO ÁVILA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Leonor Simioni

**Jaguarão  
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

Á958i Ávila, Fernanda Pinto

Inclusão de pessoas deficientes auditivas no ensino superior: um relato de experiência / Fernanda Pinto Ávila.  
38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, LETRAS - HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/ESPANHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2017.

"Orientação: Leonor Simioni".

1. Inclusão. 2. Deficiência auditiva. 3. Ensino superior.  
I. Título.

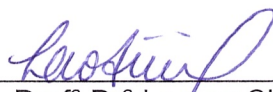
FERNANDA PINTO ÁVILA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20 de janeiro de 2017.

Banca examinadora:



---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Simioni  
Orientadora  
(UNIPAMPA)



---

Prof. Esp. Daniel Lopes Romeu  
(UNIPAMPA)



---

Esp. Tônia Ribeiro da Silva  
(UNIPAMPA)

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho durante esta jornada, fazendo transpor minhas dificuldades.

Agradeço a minha professora orientadora Leonor pela paciência, dedicação, incentivo e suporte ajudando a concluir este trabalho.

Agradeço aos meus pais que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço a todos que de uma forma ou outra fizeram parte desta minha trajetória, peço desculpas por não citá-los, pois poderia injustamente esquecer alguém, mas todos, com certeza, ficaram guardados para sempre em minha memória e meu coração.

A todos que contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigada!

“Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
a presença distante das estrelas!”.

Mário Quintana

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar como se dá a inclusão dos portadores de deficiência auditiva no ensino superior, sua permanência e conclusão deste ensino. Para isso, discute os principais marcos legais brasileiros sobre inclusão; em seguida, diferencia surdez e deficiência auditiva, a partir de Gesser (2009) e Valentini e Bisol (2011; 2012), e trata das necessidades educacionais específicas dos deficientes auditivos, onde fica evidente a falta de literatura específica sobre o tema. Também reflete sobre minha trajetória de estudante portadora de deficiência auditiva e os desafios enfrentados para chegar até aqui. Por fim, apresenta os resultados de questionários aplicados a professores, alunos, assistente social e Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da UNIPAMPA, nos quais se buscou identificar o número de alunos ingressantes e concluintes em cursos superiores, nesta instituição de ensino, e também averiguar até que ponto as políticas públicas para inclusão dos deficientes auditivos estão sendo asseguradas aos estudantes, e o posicionamento dos professores quanto ao preparo oferecido para o trabalho com este perfil de aluno. Os resultados mostraram que avanços aconteceram em relação à inclusão dos deficientes auditivos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Acesso. Permanência. Deficiência auditiva. Ensino Superior.

## RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo investigar como se dá la inclusión de personas con discapacidad auditiva en la educación superior, su permanencia y finalización de esta enseñanza. Para esto, se discuten los principales marcos legales brasileñas en materia de inclusión; a continuación, establece la sordera y pérdida de audición, desde Gesser (2009) y Valentini y Bisol (2011; 2012), y aborda las necesidades educativas específicas de los sordos, donde hay una evidente falta de bibliografía específica sobre el tema. También refleja mi trajetória como estudiante portadora de discapacidad auditiva, y los desafíos enfrentados para llegar hasta aquí. Finalmente, se presentan los resultados de los cuestionarios dados a los profesores, estudiantes, asistente social Nucleo de Inclusión y Accesibilidad (NINA) de UNIPAMPA, en la que se trató de identificar el número de estudiantes en la educación superior, en esta institución educativa, y también examinó el grado en que las políticas públicas de inclusión de las personas sordas están siendo asegurados, y la colocación de los maestros y la preparación se ofreció a trabajar con este perfil del estudiante. Los resultados mostraron que las mejoras se produjeron en relación con la inclusión de los discapacitados auditivos, pero todavía hay un largo camino por recorrer.

**Palabras-clave:** Inclusión; Acceso. Discapacidad Auditiva.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES</b>	
	<b>AUDITIVOS.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Surdez, deficiência auditiva e educação.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>RELATO DE MINHA TRAJETÓRIA COMO ACADÊMICA PORTADORA</b>	<b>22</b>
	<b>DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....</b>	
<b>4</b>	<b>INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO SUPERIOR:</b>	<b>26</b>
	<b>ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES.....</b>	
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

Este projeto nasce de um sentimento de angústia, tristeza e incomodação em relação a uma situação a que muitos, assim como eu, portadora de deficiência auditiva (DA), enfrentam durante sua trajetória de estudante: o fato de serem deficientes auditivos. A partir de minha história, meus fracassos e sucessos como estudante, senti a necessidade de discutir a inclusão de alunos com DA no ensino superior e o que está sendo feito e oferecido a nível de políticas públicas.

O tema da inclusão tem sido muito debatido, mas o maior foco em geral envolve a inclusão na escola básica e as necessidades de atendimento educacional especializado. Mesmo assim, é sabido que as práticas inclusivas nem sempre são satisfatórias. Além disso, há pouca atenção às necessidades específicas dos deficientes auditivos se comparados aos surdos; por exemplo, diferente dos surdos, os deficientes auditivos não se beneficiam com o auxílio de um intérprete, pois este não seria o que precisam, e sim de um atendimento individual especializado.

A falta de práticas realmente inclusivas desde a escola básica gera muitas lacunas no aprendizado, afetando a compreensão e a interpretação, o que dificulta a permanência dos deficientes auditivos no ensino superior. Como estudante de uma universidade pública, nem sempre pude contar com o apoio de que necessitava.

Partindo da minha experiência e do pressuposto de que a aprendizagem é um direito de todos, garantido por lei, surgiu a seguinte pergunta: como alunos portadores de deficiência auditiva conseguem ou conseguiram acompanhar/concluir um curso superior, onde na maioria do tempo a forma de aula ministrada é a expositiva oral? Minha hipótese é de que a maioria dos alunos nessa situação consegue se formar por ter força de vontade, apesar de não contarem com apoio institucional.

Para responder essa questão foram realizados questionários com alunos portadores de deficiência auditiva de diferentes universidades, e também com professores e assistente social da UNIPAMPA, câmpus Jaguarão, onde estou concluindo minha graduação, a fim de verificar quais as dificuldades enfrentadas por alunos e professores em relação à inclusão e como estão sendo assegurados os direitos a estes alunos.

A importância deste trabalho consiste em problematizar o ensino para alunos com DA e mostrar o que pode ser feito para garantir que estes não sejam apenas

inseridos em uma turma, mas que a inclusão verdadeiramente aconteça. A inclusão não é apenas a inserção de alunos em turmas de ensino regular; ela pressupõe igualdade de condições de acesso e **permanência** na escola e na universidade, como direito de todos. Para isso, é preciso que instituições de ensino e professores se adaptem às necessidades dos alunos (e não o contrário), em termos de acesso físico, materiais adaptados e práticas docentes, entre outros.

A inclusão vem sendo defendida de uma forma mais forte a partir da década de 90; sendo que as instituições de ensino devem adequar-se às leis, cumprindo as normas contidas nestes documentos. Segundo os documentos legais referentes à inclusão, o ambiente escolar deve respeitar a diversidade dos alunos, dando condições a todos os envolvidos no processo, ou seja, professores, alunos e comunidade, de refletirem sobre o processo de educação inclusiva. Espero, com este trabalho, não só apontar problemas, mas também pensar e propor práticas que possam levar a uma educação superior realmente inclusiva.

Para isso, o trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta um breve histórico da educação inclusiva de modo geral, e também, especificamente, sobre a inclusão de deficientes auditivos no ensino superior. O capítulo 2 estabelece as diferenças entre surdez e deficiência auditiva e as implicações para o ensino. No terceiro capítulo, relato a minha experiência como aluna com DA no ensino superior. O capítulo 4 traz dados, coletados através de questionários, sobre as experiências de outros estudantes universitários surdos e deficientes auditivos, e também dá voz aos professores, assistente social e Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da Universidade Federal do Pampa. Por fim, trazemos as considerações finais.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão do aluno com deficiência tem sido tema de reflexão e ainda representa um desafio, gerando ansiedade desde a educação infantil até o ensino superior. No Brasil, há muitos estudos e pesquisas sobre a inclusão na educação básica, porém a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior ainda é pouco documentada, dificultando a formulação de políticas públicas que contemplem ações que avancem para uma educação inclusiva.

Por séculos a exclusão esteve presente, sendo assim, podemos dizer que o conceito de inclusão é recente. Segundo Aranha (2005), diversos foram os tratamentos dados às pessoas com deficiência ao longo do tempo. Na antiguidade, as “pessoas diferentes” eram rejeitadas pela sociedade, por medo de doenças ou por se acreditar que eram amaldiçoadas, ou mesmo exterminadas. A partir da Idade Média, isto passou a mudar: sendo todos considerados criaturas de Deus, devido à influência da igreja católica, não podiam mais ser exterminadas, mas continuaram segregadas, dependentes da caridade alheia para sobreviverem. Também na Idade Média, surgem as primeiras instituições para abrigar as pessoas com deficiência (conventos, asilos, hospitais psiquiátricos, etc.).

Ainda segundo Aranha (2005), o rompimento com o paradigma de institucionalização e a adoção do conceito de normalização se deu apenas a partir do século XX, quando surge o conceito de integração, o qual consistia em modificar a pessoa com deficiência (e não a sociedade), de modo que o deficiente pudesse ficar o máximo possível semelhante aos demais para ser inserido e integrado na sociedade. Esta normalização logo passou a ser criticada, pois o conceito de normalidade é relativo e subjetivo:

O surgimento de terminologias ligadas à Educação Especial entre elas a integração, a normalização, a inclusão, a diversidade, e outras tantas, refletem a sobrecarga que carrega todo aquele que é diferente, que não se encaixa a modelos pré-estabelecidos que o levem a fazer parte de grupos homogêneos, que se autodeterminam ser iguais perante outros considerados diferentes (OLIVEIRA, 2012, p. 2 *apud* DUARTE et al., 2013, p. 291).

A partir das críticas ao chamado paradigma de serviços (Aranha, 2005, p. 18), surge o movimento da inclusão, fruto de um mundo democrático onde se deseja respeitar direitos e deveres de todos, independentemente das dificuldades que

possuam. A pessoa com deficiência é um cidadão e possui seus direitos, e cabe à sociedade se preparar para lidar com a diversidade (DUARTE et al., p. 291).

A discussão sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência tomou força a partir de 1990. Um dos marcos desse debate é a Conferência Mundial Educação para Todos (Jomtien, 1990), em que se defendeu o acesso e permanência de todos na escola:

Todas as pessoas têm o direito fundamental à educação e [...] a educação para todos representa um consenso mundial de uma visão muito mais abrangente de educação básica, assim como representa um renovado compromisso para assegurar que as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens ou adultos serão encontradas, efetivamente, em todos os países. (HADDAD, 1990, *apud* FERREIRA, 2005, p. 42)

Mais especificamente em relação à educação especial, a Declaração de Salamanca (1994), resolução das Nações Unidas produzida durante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Espanha em junho de 1994, aprofunda a discussão a respeito dos direitos sociais e educacionais na educação especial. Procurando reforçar o compromisso com a educação para todos, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) estabelece como princípio que

as escolas deveriam acomodar todas as crianças **independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras**. [...] deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. [...]. **O termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.** [...] Existe um consenso de que **crianças e jovens com necessidades especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças**. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, **incluindo aquelas que possuam desvantagens severas**.

Já na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) a educação é concebida como um direito de todo cidadão brasileiro (art. 205); o Inciso I do artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e o

artigo 208 “garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2008, p. 2).

A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996a), em seu artigo 58, define: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, e assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, representou um marco para a educação inclusiva. Segundo esse documento, “as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas” (BRASIL, 2008, p. 4). É considerada discriminação com base na deficiência “toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais” (BRASIL, 2008, p. 4). No mesmo ano, o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 10.172/2001, destaca a necessidade de se avançar na construção de uma escola realmente inclusiva.

Em relação à inclusão no ensino superior, ainda na década de 90, o Ministério da Educação e Cultura - MEC organizou o primeiro documento sobre o tema: o Aviso Curricular nº 277, de 8 de maio de 1996 (BRASIL, 1996b). Esse documento orientava os reitores a se adequarem ao processo de acesso e inclusão dessas pessoas nesse nível de ensino, apontando procedimentos básicos para os processos seletivos e para a oferta de materiais adaptados, e também salientando a necessidade de profissionais preparados, de adaptações físicas e de flexibilidade pedagógica, de modo a garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno neste nível de ensino (SANTOS; HOSTINS, 2015, p. 194). Santos e Hostins (2015) apontam que esse, como muitos outros documentos legais, apresenta preocupações mais relacionadas à acessibilidade física / sensorial, não considerando o restante do público-alvo da educação especial. Também não há especificação sobre como a inclusão deverá ser feita no ensino superior, nem quais são as obrigações para as instituições de ensino superior em relação a isso.

O Decreto nº 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, entendendo-a como complementar ao ensino regular (BRASIL, 1999).

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, lançado em 2007, tenta superar a distinção entre educação inclusiva e educação especial. Nele é enfatizada a necessidade de formação de professores para a educação especial, de implantação de salas de recursos multifuncionais, de acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, e de acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Também a Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) enfatiza não só o acesso, mas a participação e a aprendizagem não só das pessoas com deficiência, mas também das pessoas com transtornos globais de desenvolvimento e das pessoas com altas habilidades, em todos os níveis de ensino, garantindo a transversalidade da educação especial em todos os níveis de ensino, o atendimento educacional especializado, e a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino.

Em relação à UNIPAMPA, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2018) traz uma seção dedicada ao atendimento às pessoas com deficiência. Nela, vemos que a política de acessibilidade e inclusão da Universidade está de acordo com a Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pois

deve atender aos acadêmicos com deficiência para que participem integralmente das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão [...]. A materialização desse compromisso com os acadêmicos vem sendo fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011). (UNIPAMPA, 2013, p. 80)

Como se pode perceber, já avançamos em direção a uma educação inclusiva. Mas ainda há muito a ser feito, pois como veremos ao longo do trabalho, infelizmente a prática nem sempre corresponde ao que acabamos de ler.

## 2 SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A perda parcial ou total da capacidade de ouvir denomina-se deficiência auditiva, também conhecida como hipoacusia ou surdez<sup>1</sup>. A deficiência auditiva pode ter origem congênita ou ser causada posteriormente ao nascimento.

A questão que se propõe agora é: Há diferença entre surdez e deficiência auditiva? Segundo Bisol e Valentini (2011), é uma questão de perspectiva. Do ponto de vista orgânico, ambos são termos que fazem referência a “qualquer tipo de perda auditiva em grau leve, moderado, severa ou profunda, em um ou ambos os ouvidos” (p. 1). O quadro a seguir caracteriza os graus de perdas auditivas:

Quadro 1 – Graus de surdez

<b>Perda de grau leve</b>	de 26 a 40dB	A palavra é percebida pelo indivíduo apesar da perda de alguns fonemas.
<b>Perda de grau moderada</b>	de 41 a 70dB	A utilização da prótese auditiva e acompanhamento fonoaudiológico são necessários para suprir dificuldades de comunicação e aprendizagem.
<b>Perda severa ou profunda</b>	a partir de 71dB	Não há compreensão da palavra sem fazer o uso da prótese auditiva ou, em alguns casos, do implante coclear.

Fonte: Adaptado de Bisol e Valentini (2011, p. 1).

A deficiência auditiva se caracteriza pela privação sensorial, ou seja, uma perda ou uma diminuição considerável do sentido da audição. No entanto, suas consequências podem não se limitar só à dificuldade auditiva, refletindo também nos aspectos linguísticos e emocionais, sociais e culturais, e provocando assim um atraso maior no desenvolvimento da aprendizagem das pessoas portadoras desta deficiência. Isso ocorre, por exemplo, nos casos em que o deficiente auditivo não tem acesso a uma língua.

O uso da prótese, em alguns casos pode ajudar, dependendo do tipo de perda e do momento da vida em que ela ocorreu, ou seja, antes, durante ou depois de aprender a falar. A prótese servirá como um recurso a mais para melhorar as

<sup>1</sup> Segundo Santos, Lima e Rossi (2003, apud Gesser, 2009, p. 72), a surdez pode ser condutiva, neurosensorial ou mista. Essas distinções não serão relevantes para a nossa discussão.



condições de aprendizagem, pois só ela não resolve o problema da deficiência auditiva. Em alguns casos a prótese servirá para aumentar os sons que o deficiente já ouve, mas não fará com que ele recupere a audição de todos os sons.

Segundo Gesser (2009, p. 65), as definições de Biderman, apresentadas no Quadro 2, abaixo, certamente são próximas ao senso comum. Nelas, surdez e deficiência são sinônimos, numa perspectiva de medicalização. Além disso, o termo *deficiente auditivo* soa, para muitos, mais “politicamente correto” do que o termo *surdo*, por vezes considerado pejorativo.

Quadro 2 – Definições de surdez e deficiência auditiva

<b>Surdez: s.f. sur-dez</b>	Estado de quem é surdo, isto é, não ouve nada. A surdez é uma deficiência física que impede a pessoa de ouvir.
<b>Deficiência: s.f. de-fi-ci-ên-cia</b>	Falha, insuficiência; carência. A menina tinha certamente alguma deficiência mental.
<b>Deficiente: adj. de-fi-ci-en-te</b>	Que é falho, incompleto, imperfeito.

Fonte: Biderman (1998) *apud* Gesser (2009, p. 65)

Já a compreensão da surdez baseada na perspectiva histórica e cultural enfatiza diferentes modos de vivenciar as diferenças de audição. Segundo Bisol e Valentini (2012, p. 33),

os surdos, ou Surdos com letra maiúscula, como proposto por alguns autores [...], são pessoas que não veem a si mesmos como deficientes; utilizam uma língua de sinais; valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os deficientes auditivos [...] seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda.

É importante salientar que a identificação de um indivíduo como Surdo ou como deficiente auditivo não é diretamente relacionada ao grau de surdez (ver Quadro 1 acima). Um indivíduo com surdez moderada poderá se identificar como Surdo, “abraçando” a cultura Surda e utilizando uma língua de sinais. Da mesma forma, um indivíduo com surdez profunda poderá não se identificar como Surdo,

especialmente se não tiver acesso à língua de sinais e/ou contato com outros Surdos.

A situação do deficiente auditivo tende a ser mais delicada, pois ele só será percebido pelos demais quando se notar a presença de uma prótese auditiva ou se perceber alguma dificuldade de fala. A perda auditiva causa desconforto e é muitas vezes motivo de discriminação e preconceito, e conseqüentemente de isolamento.

No quadro a seguir, Valentini e Bisol salientam alguns aspectos que nos possibilitam reconhecer as diferenças sensoriais relativas à audição.

Quadro 3 – Surdo ou deficiente auditivo?

<b>SURDOS</b>	<b>DEFICIENTES AUDITIVOS</b>
Fluência, conforto e preferência pela língua de sinais; apoio de intérpretes de língua de sinais. Uso de estratégias compensatórias (leitura labial, escrita) quando o ouvinte não é fluente em língua de sinais.	Uso prioritário de leitura labial ou de outras estratégias compensatórias; não desejam ou não se beneficiam (por não serem fluentes em língua de sinais) do apoio do intérprete de língua de sinais.
Utilização da fala como recurso para comunicação somente quando muito necessário, com diferentes níveis de sucesso.	Oralização.
Pouco aproveitamento de prótese auditiva ou recusa em utilizar a prótese auditiva por identificarem-se com a cultura visual dos surdos.	Em geral, algum benefício com o uso de prótese auditiva ou implante coclear.
Preferência pelo convívio com outros surdos em todas as situações em que isso for possível. Grande número de casamentos entre surdos.	Apesar das dificuldades de comunicação, preferência por estar em meio a pessoas não surdas.
Identificação positiva com a cultura surda (valores, arte, teatro, literatura, história).	Desconhecimento ou não identificação com a cultura surda.
Experiência escolar em escolas especiais para surdos ou em escolas inclusivas com acompanhamento de intérprete.	Geralmente, experiência escolar no ensino regular.
A surdez como diferença linguística e cultural, referenciais identitários valorizados.	A surdez como uma deficiência, uma limitação, um defeito.

Fonte: Valentini e Bisol (2012, p. 34)

Vemos, então, que há diferenças significativas entre sujeitos Surdos e sujeitos com deficiência auditiva. Tais diferenças têm implicações para a inclusão desses indivíduos no ensino, como veremos na próxima seção.

## **2.1 Surdez, deficiência auditiva e educação**

Para que os Surdos e deficientes auditivos sejam inseridos normalmente na sociedade, é necessário que todos os setores da sociedade se empenhem em busca da qualidade e da igualdade na educação brasileira.

É muito importante que os professores que tenham em sua turma alunos Surdos busquem algum conhecimento sobre a língua de sinais, pois a grande maioria dos professores não está preparada para atender esse público. Desta forma, poderiam se comunicar melhor com estes alunos sem depender somente de intérpretes e também buscar melhores formas de trabalhar com eles, estimulando-os em seus potenciais para que consigam acompanhar os demais colegas.

Para os alunos com surdez profunda, é importante o uso da LIBRAS e a presença de um intérprete junto com a professora; enquanto ela explica para os outros alunos, a intérprete explica para os alunos surdos. É preciso que o intérprete seja muito bem preparado com relação aos sinais que possa utilizar, para que durante a explicação não ocorram paradas por não saber como mostrar ao aluno surdo o que a professora está dizendo, fazendo desta forma com que o surdo perca o fio condutor do assunto.

Já o portador de deficiência auditiva, que em geral não se beneficia de um intérprete, poderá enfrentar inúmeras dificuldades, dependendo do grau e do comprometimento que esta deficiência lhe causou. Em alguns casos, muitos têm capacidade de raciocínio e interpretação comprometida, visto que para muitos dos sons há perda total da audição, e o uso do aparelho auditivo só irá aumentar os sons que ainda pode escutar. Em uma conversa, por exemplo, um DA consegue ouvir sílabas de algumas palavras e, até conseguir entender o que a outra pessoa está querendo dizer, já passou algum tempo, pois é como se montasse um “quebra-cabeça” da conversa. Assim, no ambiente escolar, se não houver uma atenção, um cuidado especial por parte dos professores, provavelmente o aluno DA não terá êxito em seus estudos, por mais que se esforce.

Para facilitar a permanência do aluno portador de DA, seja na educação básica ou no ensino superior, é necessário que haja a troca entre professores e alunos, a fim de compreender quais as estratégias utilizadas pelos alunos para driblar suas dificuldades e o que pode ser feito para auxiliá-los, pois existem muitas variáveis que determinam e caracterizam uma perda auditiva. Não é produtivo comparar ou classificar os indivíduos simplesmente como Deficiente Auditivo, pois cada caso é diferente do outro, cada um tem suas particularidades, suas dificuldades, suas potencialidades, e suas formas próprias de lidar com elas, e isto irá depender das experiências vividas por eles, suas condições sociais, culturais e psicológicas.

É preciso considerar também que são muitas as implicações decorrentes de uma perda auditiva: desde o preconceito por parte das outras pessoas com a DA, considerado como algo negativo, que leva a ser motivo de piada, algo relativo à velhice, até ser confundida com deficiência mental devido à dificuldade de compreensão.

Quanto às implicações na prática pedagógica, geralmente o aluno DA é tido como fraco, desinteressado e/ou pouco participativo. Em sua trajetória de estudante, se não houver tido um olhar especial dos professores em trabalharem com este aluno, considerando suas especificidades, provavelmente ficarão falhas em seu desenvolvimento, gerando dificuldades de aprendizagem que irão aumentar conforme os níveis de escolaridade avançarem.

Por isso, o aluno deficiente auditivo necessita de alguns cuidados especiais dos professores, para que não haja prejuízos em seu aprendizado. Sendo assim, é necessário que a prática pedagógica dos professores leve em conta coisas simples, como: ao programar um vídeo para a turma, providenciar um com legenda para que o aluno DA possa acompanhar, ou ter o cuidado de falar de frente para o aluno com DA, principalmente para aquele que consegue fazer a leitura labial. Pode-se afirmar que estas práticas, que muitas vezes passam despercebidas, fazem toda diferença para o aluno portador de DA.

É necessário aqui pensar que não há turmas homogêneas e que deve haver sempre uma reflexão sobre a prática pedagógica, pois o mundo está em constante mudança e o que servia no passado pode não atender as necessidades de hoje. A criação de estratégias didático-pedagógicas para minimizar as dificuldades dos DA irá beneficiar também os demais alunos.

Especificamente em relação à permanência do DA no ensino superior, é importante destacar o fato de neste nível de ensino ser exigido desempenho acadêmico e autonomia. O DA poderá ter dificuldade em integrar-se com colegas e participar das atividades, principalmente as de grupo. Será necessário um olhar atento do professor para ver até que ponto está sendo desenvolvida a inclusão deste aluno, se o grupo o acolheu devidamente, conscientizando o grupo sobre as necessidades do aluno e em que medida eles podem colaborar para que o DA seja incluído pelos demais colegas, para que haja troca entre os alunos, até mesmo de anotações sobre os conteúdos das aulas, para que possam complementar as lacunas do aluno com deficiência auditiva.

Segundo Valentini e Bisol (2012, p. 38-41), alguns exemplos de cuidados que o professor poderá ter com os alunos portadores de deficiência auditiva são:

- Fornecer material antecipado sobre as aulas, para que o aluno possa preparar-se com antecedência familiarizando com o tema, favorecendo sua compreensão;
- Retomadas individuais com o aluno, dos pontos principais da disciplina, o que pode ser feito com a ajuda de um monitor e que poderá beneficiar outros alunos além do deficiente auditivo;
- Cuidar a posição onde o aluno irá sentar para posicioná-lo de acordo com o lado que há melhor capacidade auditiva;
- Rever as exigências feitas à turma com relação à apresentação de trabalhos, pois para o DA isso pode ser muito penoso, ficando suas dificuldades de compreensão e fala muito expostas. Trabalhos escritos ou apresentação individual apenas para o professor poderão ser propostas;
- Repensar a utilização de recursos pedagógicos, tais como apresentação de trabalhos em grupo ou seminários. Na realização destes, o aluno com DA deverá ser auxiliado a antecipar o conteúdo das apresentações e discussões e retomar depois, através de acompanhamento individual ou por escrito, os pontos mais importantes que forem desenvolvidos, pois nesta dinâmica de trabalho o DA tem dificuldade em localizar quem está falando e impossibilita a leitura labial, pois as falas são simultâneas, cortadas, complementadas por pessoas diferentes;

- Oferecer antecipadamente, ao aluno DA, os vídeos que serão vistos com a turma, especialmente os que não possuem legenda, para que possam ser assistidos em ambiente tranquilo e com pouca interferência;
- Planejar antecipadamente trabalhos de campo, visitas monitoradas e estágios.

Em minha experiência universitária, alguns professores passavam filmes, documentários, etc., na sala de aula e colocavam legenda, pois eu só conseguia entender os vídeos se tivessem legenda, tanto em Espanhol como em Português. Era a única forma de eu conseguir entender a fala dos personagens e, também, conseguir fazer os trabalhos sobre o que foi visto. Esse é um exemplo de uma prática simples, mas que facilitou o acompanhamento das atividades. No próximo capítulo, apresento um relato da minha trajetória na universidade, seus pontos positivos e aspectos que poderiam ser melhorados.

### **3 RELATO DE MINHA TRAJETÓRIA COMO ACADÊMICA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Neste capítulo relato um pouco de minha trajetória de estudante, como portadora de deficiência auditiva, e as dificuldades que enfrentei.

Meu nome é Fernanda Pinto Ávila, tenho 24 anos e sou natural de Jaguarão/RS. Minha deficiência auditiva foi causada por um parto pós maturo, com complicações: anoxia, pneumonia aspirativa e infecção generalizada. Este quadro levou a uma perda do nervo auditivo: algumas informações e estímulos não chegam ao cérebro, pois há perda total de alguns sons, gerando um grau de deficiência com perda auditiva bilateral, severa no ouvido esquerdo, e moderada no ouvido direito.

Comecei o curso de Letras Português/Espanhol na Universidade Federal do Pampa (Jaguarão) com 19 anos de idade. Minha primeira opção era o curso de Gestão do Turismo, mas não atingi a pontuação necessária e ingressei na segunda opção. Não pretendia seguir carreira nessa área, pois minha deficiência dificulta a comunicação com as pessoas.

No dia em que fui fazer minha matrícula, a assistente social me chamou para conversar sobre minha deficiência auditiva, e ela comentou que eu iria ter todo o apoio necessário. Infelizmente, não tive este apoio. Ainda que o campus tenha um Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), ninguém desta área me chamou para saber se eu estava precisando de alguma coisa, ou se estava conseguindo acompanhar o curso. Senti uma diferença grande em comparação com a escola, em que a direção e os professores constantemente me procuravam para saber se eu estava precisando de alguma coisa, se estava conseguindo acompanhar as aulas. Também não ficou claro se eu é que deveria procurar apoio.

Durante o curso houve alguns problemas ou dificuldades que me fizeram pensar em abandonar ou pedir transferência para outro curso. Por exemplo, alguns professores queriam que eu tivesse um intérprete, pois seria meu direito, mas nunca tive contato com a língua de sinais, somente agora no curso é que aprendi algumas coisas, mas não o suficiente para ter um intérprete. Isto me chateou muito, pois eu não precisava de um intérprete em Libras e sim de alguém que me desse um suporte pedagógico, explicando o que era trabalhado em sala

de aula. Em alguns momentos, tive atendimentos com professores, porém com a presença de outros colegas; vejo que esse atendimento teria que ser individual, pois no grupo muitas coisas não conseguia entender. Também acontecia de os professores falarem enquanto escreviam no quadro, ou com a mão no rosto; nesses momentos, algum colega os alertava para que falassem de frente para mim.

Além da deficiência auditiva, eu não tenho facilidade em me relacionar com as pessoas, talvez por não entender suas falas, pois pego as frases pela metade e custo a compreender o que querem me dizer. Minhas amizades na universidade se resumem a 3 ou 4 colegas, o que atrapalhava para a realização de trabalhos em grupo, pois às vezes eu não ficava no grupo das pessoas que me ajudavam. Tanto com os professores e colegas, tive um ótimo relacionamento, mas esperava que chegassem em mim.

Apesar disso, minha relação com professores e colegas foi boa. Alguns colegas sempre me ajudavam quando podiam: se o professor ditasse a matéria, eu sentava ao lado para copiar, ou me emprestavam o caderno para copiar depois; alguns lembravam os professores de minha deficiência auditiva, para que eles me dessem mais atenção. Quanto aos professores, alguns me perguntavam se eu estava entendendo e diziam que eu poderia marcar um atendimento quando necessário.

Como já mencionei no capítulo 2, o fato de os professores passarem vídeos com legenda, apesar de ser uma prática simples, foi de grande ajuda. Outro exemplo importante veio por parte da coordenadora do curso de Letras, que deixou que eu fizesse os estágios de prática docente em dupla, sendo que normalmente, o estágio docente em turmas regulares não pode ser desenvolvido em duplas. Mas, devido à minha deficiência auditiva, não ia conseguir dar uma aula sozinha.

Com relação ao estágio de prática de ensino, momento tão esperado no curso de formação de professores e que gera ansiedade nos acadêmicos, posso dizer que foi uma experiência difícil para mim, pois os problemas enfrentados não foram poucos. Além da deficiência auditiva dificultar o entendimento nas trocas com os alunos, aliou-se a isto a falta de interesse e a indisciplina de grande parte dos alunos, sua infrequência às aulas. As turmas eram consideradas difíceis pelos professores titulares.



Os estágios de Língua Portuguesa e Língua Espanhola foram feitos em duplas, com a mesma colega de aula. Realizar os planos de aulas e as atividades, no estágio de Língua Portuguesa, não foi fácil, pois a professora titular pediu que nós aplicássemos a gramática para os alunos, e a professora orientadora queria que fossem desenvolvidas atividades diferentes, como por exemplo, trabalhar com gênero música, filmes, etc. Isto gerou um desconforto para a professora titular, pois esta não abriu mão de que trabalhássemos como havia nos pedido; no fim das contas, conseguimos realizar um planejamento que atendesse ao desejo de ambas as professoras. Mesmo assim, destaco o suporte dado pela minha orientadora e também pela professora titular, que foram muito positivos.

O estágio de Língua Espanhola foi tranquilo: a professora titular era a mesma do estágio anterior, e nos deixou livre para que desenvolvêssemos nosso trabalho como havíamos sido orientadas. As atividades que aplicamos com os alunos estavam de acordo com as orientações recebidas, e tudo transcorreu normalmente.

Os estágios foram muito importantes, pois possibilitaram relacionar a teoria aprendida durante o curso à prática em sala de aula, e também olhar a prática e fazer uma reflexão sobre a mesma. Aprendi que ensinar e aprender é um desafio que deve ser transformado em oportunidades.

Outro ponto importante do estágio foi o fato de em alguns momentos não conseguir entender o que algum aluno falava, devido à minha deficiência auditiva, pois mostrou a dificuldade que teria de seguir na profissão. Durante as aulas o que dava mais certo pra mim era: passar nas classes dos alunos para ver se estavam conseguindo fazer as atividades, se estavam com dúvidas, etc. Só assim, eu conseguia lidar com os alunos, individualmente, pois se eu explicava algo ao grande grupo, não dava certo: alguns alunos não prestavam atenção, ou muitos falavam ao mesmo tempo e eu não conseguia entender o que falavam. Também quando algum aluno sentado mais ao fundo, por exemplo, perguntava alguma coisa, eu não conseguia entender direito; eu ia até o aluno, ou a minha colega respondia por mim. Acho que sozinha eu não teria conseguido.

Embora eu tenha dificuldade em entender certas coisas, e também de colocar ideias no papel, sempre pude contar com a ajuda de alguém (minha mãe, alguns colegas). Mesmo com essa dificuldade, eu nunca pensei em desistir do

curso, porque estou determinada a me formar nesse curso, e futuramente fazer um concurso público para outra área em que eu consiga me encaixar sem muitas dificuldades, em que não precise o contato direto com o público, como assistente administrativo, área de computação, etc., por conta dessa dificuldade em entender o que as pessoas falam.

No próximo capítulo, apresentamos os resultados de questionários aplicados a outros estudantes com deficiência auditiva e surdez, para aprofundar a compreensão sobre a inclusão desses alunos no ensino superior.

#### 4 INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

Para compreender melhor o processo de inclusão de alunos deficientes auditivos no ensino superior, aplicamos questionários a alunos, professores e assistente social. Nosso objetivo foi dar voz aos diferentes “atores” do processo de inclusão no ensino superior.

Inicialmente, foram distribuídos seis questionários a Portadores de Deficiência Auditiva que cursam ou cursaram o Ensino Superior na UNIPAMPA ou em outras universidades. Das seis pessoas que responderam ao questionário, duas possuem deficiência auditiva e quatro são surdas, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 4 – Dados dos informantes

<b>Estudante</b>	<b>Idade</b>	<b>Curso</b>	<b>Caracterização da deficiência auditiva</b>
B.	28	Enfermagem	Congênita. Deficiência Auditiva bilateral severa
D.	41	Letras/Libras	Surdez Profunda
J.	29	Administração	Surdez Profunda
M.	34	Administração	Surdez Profunda
R.	41	Letras/Libras e Pedagogia	Surdez Profunda
S.	43	Letras	Surdez Leve

A intenção desta pesquisa era descobrir ou confirmar as suspeitas de que, assim como a protagonista deste trabalho, eles também enfrentaram dificuldades em suas trajetórias de universitários, sendo Portadores de Deficiência Auditiva. Para satisfazer ao questionamento ou problema apresentado no início deste trabalho, foi elaborado um questionário contendo as quatorze questões a seguir:

- 1- Qual a causa da sua deficiência auditiva, e o grau?
- 2- Em qual Universidade você se formou, ou está estudando?
- 3- Com qual idade você começou o curso superior?
- 4- Em qual curso você se formou, ou está cursando? Por que escolheu este curso?

- 5- Você segue, ou pretende seguir carreira na área em que se formou, ou vai se formar? Por quê?
- 6- A Universidade tinha conhecimento prévio de sua necessidade especial quando aceitou sua inscrição?
- 7- Foi oferecido algum tipo de auxílio ou apoio pedagógico no momento da sua inscrição? Se sim, qual/quais?
- 8- Houve algum problema ou dificuldade durante o curso que pudesse pensar em abandoná-lo ou pedir transferência para outro?
- 9- Alguma vez você precisou ou pediu auxílio à universidade? Se sim, qual? O apoio recebido foi satisfatório? Por quê?
- 10- Caso você não tenha precisado ou pedido auxílio à universidade, por que não precisou ou pediu?
- 11- A Universidade disponibiliza algum tipo de recurso ou auxílio (materiais didáticos especiais, transcrição das aulas, apoio pedagógico especializado) para alunos com deficiência auditiva? Qual?
- 12- Como é/foi sua relação com os professores e colegas?
- 13- Em sua opinião, é difícil para um deficiente auditivo permanecer no ensino superior? Por quê?
- 14- Você acha que a inclusão dos alunos com deficiência auditiva no ensino superior é satisfatória?

Dos seis informantes que responderam ao questionário, cinco já estão formados e atuando em sua área de formação.

Quanto ao fato da Universidade ter conhecimento prévio da necessidade especial dos alunos no momento da inscrição, os quatro informantes surdos disseram que sim, e que foi oferecido auxílio pedagógico, ou seja, intérprete/tradutor, visto que utilizavam a língua de sinais.

*Sim. Acessibilidade com tradutores, intérpretes de Libras e conversação com os professores acerca da minha condição de aluno surdo. (J.)*

Já as alunas com deficiência auditiva disseram que não foi necessário, pois uma conseguia acompanhar a fala dos professores e colegas, e a outra ainda não era portadora de deficiência no momento da inscrição.

Quando perguntado se houve algum problema ou se haviam passado por dificuldades durante o curso, como já imaginava, a maioria enfrentou algumas barreiras. Somente um dos participantes diz não ter tido problemas, pois já era

instrutor de Libras e o curso que fez foi organizado para um público que conhecesse Libras, dessa forma não teve dificuldades em acompanhar e não necessitou de auxílio da Universidade. A resposta a seguir, dada por uma das informantes, exemplifica isso.

*A dificuldade apareceu em algumas áreas da Enfermagem, como por exemplo, durante estágio na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), onde existem equipamentos com alarmes sonoros que eu não escuto tocarem. Mas isso não me levou a pensar em desistir do curso, mas percebi que não seria em todas as áreas que eu poderia atuar. Vontade de desistir da carreira eu senti após a graduação, por ter sido excluída de um concurso público devido à minha deficiência. (B.)*

A resposta dada por B. levanta também uma outra questão: de nada adianta haver inclusão nas instituições de ensino, se não há inclusão no mercado de trabalho – mesmo em órgãos públicos, como no caso mencionado.

Percebe-se através das respostas dadas que os três alunos surdos que tiveram sua formação em Libras conseguiram ter uma relação prazerosa e de muitas trocas, e pensam ser necessário encontrar professores dispostos a mudar sua forma de trabalho, não bastando somente aos surdos ter um intérprete/tradutor, é necessário uma metodologia visual. Já a reclamação maior é em relação à aceitação pelo grupo de colegas e também pelos professores. Em várias respostas surgiu como dificuldade a falta de trocas entre os alunos com deficiência e os ditos normais. Dizem ser difícil, pois barreiras são criadas e acabam se isolando. Sobre isso, J. define sua relação com professores e colegas como “Inclusivamente distante”.

Para os alunos surdos, a dificuldade de comunicação em determinados cursos foi o que mais dificultou em suas formações, pois eles têm a Libras como primeira língua e esta não era reconhecida ou aceita pelos professores, que pediam que respondessem suas provas e trabalhos em Português. É sabido que para os surdos o português é uma segunda língua, e por isso a escrita em português não é natural; M. relata que era reprovada em provas por não escrever em português conjugando os verbos, por exemplo, e que os professores exigiam do surdo a mesma proficiência em português de um falante nativo.

*A dificuldade encontrada pelos surdos, usuários de Libras e pertencentes à cultura surda, é encontrar professores dispostos a mudar sua forma de trabalhar. Pois não basta ter tradutor de intérprete, é necessário também uma metodologia visual. (D.)*

Somente uma das informantes que respondeu ao questionário, B., diz não ter tido dificuldades durante sua formação, pois teve uma turma de colegas e professores que a apoiaram e a admiravam pelo fato de ela contornar as dificuldades relativas à sua deficiência. Segundo ela, o deficiente, sabendo de suas limitações, faz as adaptações necessárias, portanto para ela a inclusão foi satisfatória. Já para os demais pesquisados, embora a inclusão de alunos deficientes tenha tido avanços, ainda há várias barreiras que não a tornam satisfatória.

Além dos alunos portadores de deficiência auditiva, foi também solicitado a quatro professores do curso de Letras da UNIPAMPA que respondessem a um questionário para saber como se sentem em relação a ter um aluno com deficiência em suas aulas, seu preparo pedagógico para lidar com estas situações e como foi a experiência deles em relação a mim.

Quando perguntados sobre o que é educação inclusiva, as respostas dadas foram unânimes: é aquela que respeita as diferenças, trata todos como iguais e acolhe os alunos com necessidades especiais.

*É a educação que respeita diferenças e oferece condições de ensino e aprendizagem para todas as pessoas. Para isso, é necessário que existam espaços físicos, metodologias e materiais apropriados para o desenvolvimento dos saberes. Mais do que tudo, é preciso que exista atenção e sensibilidade dos educadores. (C. R.)*

Com relação a sua formação docente, nenhum dos professores se considera preparado para atender alunos com necessidades especiais. Também foi perguntado se a universidade oferece auxílio para os professores trabalharem com os alunos deficientes, dando o suporte necessário a suas práticas e desta forma favorecendo a aprendizagem de todos os alunos. Dos quatro professores, três responderam que nunca foram auxiliados a trabalhar com alunos deficientes. Um dos professores respondeu que eventualmente é oferecido um curso de

Libras, e que reuniões de professores com a participação da equipe de apoio pedagógico da universidade não ocorrem com frequência.

*Não [me considero preparada para atender alunos com necessidades especiais], porque demanda uma formação específica, que não tenho.*  
(A. B.)

Quando questionados sobre o melhor método para ensinar um aluno com deficiência auditiva no ensino superior, dos quatro professores, dois relataram que o melhor método para ensinar o aluno seria usando recursos visuais, e os outros dois pensam que os melhores resultados seriam obtidos com ajuda de intérpretes, ou com alguém que conheça sobre as necessidades deste tipo de deficiência. O fato de algumas respostas mencionarem a necessidade de intérpretes evidencia a falta de preparo dos professores (que eles mesmos admitem), pois o aluno DA não se beneficia da presença de um intérprete.

Sobre a forma como foram informados sobre terem alunos com deficiência auditiva em suas aulas, dois dos professores dizem ter ficado sabendo por colegas de turma e os outros, por mim mesma.

*Sei de duas alunas do curso que possuem deficiência auditiva. Foram as próprias alunas que me deram a informação de sua limitação auditiva.*  
(C. R.)

*Depois de meses dando aula é que uma colega da aluna me informou que havia alguém com necessidade especial e que eu deveria falar olhando para ela, pois a estudante conseguia ler os lábios.* (L. M.)

Em relação às avaliações, foram feitas mediante produção escrita, textos reflexivos e apresentações em seminários. Embora nenhum dos professores tenha elaborado avaliações especificamente voltadas para mim, eles percebiam a minha dificuldade em participar de algumas atividades, e acabavam adaptando as avaliações para a turma toda.

*Sempre foi um desafio avaliá-la porque sempre foste nas aulas, e nas provas ficava evidente que não tinhas entendido. Comecei a cobrar mais trabalhos escritos do que provas, pois podia escrever aquilo que devias arrumar. (L. M.)*

Todos os professores relataram ter dificuldades para desenvolver seus trabalhos em aula; alguns consideram que só houve bons resultados devido a minha busca em tentar por mim mesma o entendimento e a melhor maneira de acompanhar as atividades.

Alguns professores reconhecem que ficam falhas em suas práticas, pois trabalhos realizados com filmes, áudios sem legendas, explicações onde o portador de deficiência não conseguisse ler os lábios aconteciam durante as aulas.

*Não sabia que eu tinha a mania de passar a mão na barba até o momento que uma aluna me pediu para evitar essa atitude porque eu acabava cobrindo a boca e evitava que você conseguisse ler meus lábios. (L. M.)*

*Infelizmente, sinto que não te dou a atenção que mereces. Eu falo demais e muito rápido, e não te dei a atenção devida. (C. B.)*

Outro questionamento feito foi se já haviam tido outros alunos portadores de deficiência. Somente um professor disse ter sido a sua primeira experiência, os outros já haviam tido outros casos, mas através de suas respostas percebe-se que também não estavam confortáveis com a situação.

*Foi a primeira vez. Vendo pelo meu lado, a experiência não é positiva porque não sei o quanto uma aula que é 90% oral agrega a tua formação. Necessidades especiais requerem profissionais especiais, aptos para realmente promoverem aprendizados específicos. Espero não ter feito um desserviço para ti. (A. B.)*

Para esta pesquisa buscou-se também a participação da assistente social da universidade, a fim de questionar sobre o número de matrículas de deficientes auditivos registradas no campus, quantos concluíram o curso, como é feita a



divulgação aos professores sobre haver portadores de deficiência em suas turmas, e como é dado o suporte aos deficientes auditivos neurosensoriais que apresentam algum comprometimento cognitivo, visto que não se beneficiam de um intérprete/tradutor, e também como se dá o acompanhamento do rendimento dos alunos com deficiência pelo setor de assistência social.

Segundo a Assistente Social da UNIPAMPA (campus Jaguarão), foram registradas três matrículas de portadores de deficiência auditiva no campus até a presente data. Desses três alunos matriculados, um solicitou transferência e os outros dois ainda estão em curso.

A divulgação aos professores sobre haver um aluno com deficiência em sua turma é feita da seguinte maneira: no início do semestre, a assistente social convida os professores, através das coordenações de curso, para uma reunião onde apresentam cada situação dos alunos com deficiência ingressantes e disponibilizam orientação e acompanhamento.

Para auxiliar os deficientes auditivos neurosensoriais, que apresentam muitas vezes algum comprometimento na parte cognitiva, é oferecido “Atendimento Educacional Especializado a todos os alunos que necessitam.”

O acompanhamento do rendimento dos alunos com deficiência na UNIPAMPA é realizado pelo interface e os bolsistas vinculados ao NinA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade). Para a assistente social, é rotineiro fazer análise dos históricos dos alunos identificados como deficientes e que constam nos registros institucionais, além de acompanharem permanentemente aqueles que recebem AEE (Atendimento Educacional Especializado) no setor. Ocorre que nem todos os alunos com deficiência ingressam pelo sistema de cotas ou se declaram portadores de deficiência no momento da matrícula. Dessa forma, pode haver alunos com deficiência que estejam enfrentando alguma dificuldade específica de aprendizagem que a universidade não tenha conhecimento.

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NinA) também contribuiu para esta pesquisa respondendo a algumas questões referentes ao número de matriculados na UNIPAMPA em todos seus campus, até a data da presente pesquisa, quantos concluintes, se é oferecido algum suporte pedagógico aos portadores de deficiência auditiva, e também aos professores.

As respostas obtidas foram:

*Desde a fundação da universidade, o número total de alunos com deficiência auditiva soma 49. Destes, 22 continuam matriculados regularmente nos cursos da Unipampa. Dos concluintes, 01 formou-se em 2006 e os outros 04 em 2010, totalizando até agora 05 concluintes.*

*A universidade oferece intérpretes e tutoria para estes alunos. O suporte, porém, não é total, tendo em vista a ausência de um número satisfatório destes profissionais no quadro efetivo de servidores. Esta dificuldade abrange todo o Brasil, já que não há no país, profissionais suficientes para atenderem as demandas da lei: Decreto nº 5.626, de 22 de novembro de 2005, lei nº 10.436 de 24 de abril 2002, e art. 18 da lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.*

*Algumas modalidades de suporte existentes na Unipampa são:*

- Bolsa de Monitoria ofertada pela instituição para discentes ou servidores;*
- Tutoria de intérprete pertencente ao quadro de servidores.*

*Há preparo para os professores; o NUDEPE - Núcleo de Desenvolvimento Pessoal oferta regularmente em todos os campi cursos de capacitação e aperfeiçoamento destinados a todos os servidores.*

Podemos perceber pelas respostas acima que não é feita uma distinção entre alunos surdos e alunos com deficiência auditiva, pois é mencionada a disponibilidade de intérpretes, que, como já vimos, não auxilia o deficiente auditivo. Quanto à capacitação, acessando a página *web* do NUDEPE é possível constatar que, pelo menos desde 2013, cursos de LIBRAS têm sido ofertados aos servidores da universidade, mas há muito poucos cursos sobre inclusão de forma mais geral, e nenhum específico sobre inclusão de deficientes auditivos.

Analisando todas as respostas, o sentimento que fica é de que, realmente, há pouca atenção às necessidades específicas dos deficientes auditivos. Por um lado, embora existam políticas e ações voltadas para a inclusão, de modo geral percebemos que ainda falta muito para que se tenha uma educação realmente inclusiva no ensino superior: a estrutura da universidade, o entendimento por parte dos professores do que seja uma educação inclusiva e de como fazê-la, a aceitação e integração por parte dos colegas. Por outro lado, falta um entendimento da deficiência auditiva, que muitas vezes é entendida como sinônimo de surdez,

gerando ideias equivocadas sobre como atender esse público de forma eficaz e humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi discutir a inclusão, o acesso e a permanência de alunos deficientes auditivos no ensino superior, a partir de nossa própria experiência. A partir de um breve resgate da legislação brasileira sobre inclusão, pudemos perceber que ainda há poucas políticas claramente voltadas para esse nível de ensino. O conceito de inclusão é recente, e pouco se tem documentado em relação ao ensino superior, o que dificulta a formulação de políticas públicas contemplando ações para uma educação inclusiva nesse nível de ensino.

A inclusão de alunos com deficiência auditiva em diferentes níveis de ensino também é pouco discutida, e muitas vezes considerada igual à inclusão dos alunos surdos. Através da pesquisa viu-se que a situação do deficiente auditivo tende a ser mais delicada do que a do aluno surdo, pois muitas vezes não é percebida pelos colegas e professores. A deficiência auditiva muitas vezes é motivo de discriminação e preconceito, causando desconforto e conseqüentemente isolamento.

Por isso, procurou-se diferenciar surdez e deficiência auditiva; vimos que a deficiência auditiva é caracterizada pela privação sensorial, mas suas conseqüências podem não se limitar só à dificuldade auditiva, refletindo também nos aspectos linguísticos, emocionais, sociais e culturais, causando atrasos no desenvolvimento da aprendizagem das pessoas DA. Assim, a troca entre professores e alunos é fundamental para facilitar a permanência do aluno DA, que muitas vezes é visto como fraco, desinteressado ou pouco participativo. O aluno deficiente auditivo necessita de alguns cuidados especiais dos professores para que não haja prejuízos em seu aprendizado. Mostramos que existem práticas simples, como disponibilizar a legenda para um vídeo a ser assistido em aula, que muitas vezes são negligenciadas, que podem ser feitas para garantir que estes alunos não sejam apenas inseridos na turma, mas que a inclusão ocorra verdadeiramente.

O olhar atento do professor é fundamental para ver se houve o devido acolhimento do DA no grupo, conscientizando os colegas sobre as necessidades deste aluno e indicando em que os colegas poderão colaborar para que haja trocas entre eles. No entanto, os questionários respondidos por alunos e professores evidenciam que nem sempre isso acontece, pois os professores em geral não se sentem preparados para trabalhar com alunos DA.

Pode-se concluir através desta pesquisa que é muito difícil para os alunos portadores de DA conseguirem acompanhar e concluir um curso superior, visto que a aula expositiva oral é privilegiada. Dos que conseguem acompanhar e concluir o curso, apesar de contarem com pouco apoio institucional, o fazem devido à força de vontade que possuem. A pessoa com surdez profunda talvez não tenha tanta dificuldade em permanecer no ensino superior, pois tem desde muito pequena o convívio com a língua de sinais, lhe é oferecido o intérprete, então a dificuldade está em sua aceitação por colegas e professores. Já a pessoa que não tem surdez profunda, e tem dificuldade de compreensão, é mais complicado, pois não lhe adianta ter um intérprete, as aulas são oferecidas da mesma forma que para os demais alunos, a não ser que tenha professores sensíveis, que ofereçam aulas com mais recursos visuais e dêem um atendimento individualizado.

Ainda há um longo caminho para a inclusão dos alunos com deficiência auditiva no ensino superior ser considerada satisfatória. Para os demais pesquisados, embora a inclusão de alunos deficientes tenha tido avanços, ainda há várias barreiras que não a tornam satisfatória. Os avanços já foram grandes, mas é preciso que se dedique mais atenção e estudos àquelas pessoas que por algum motivo tiveram perda em sua audição e esta perda comprometeu outras áreas de seu desenvolvimento.

As universidades têm papel importante na implementação de políticas públicas, devendo estar cientes da importância de expor às instâncias governamentais as limitações que enfrentam e apontar encaminhamentos que devam ser tomados para que se tenha a garantia de acesso, ingresso e permanência de alunos portadores de deficiência. Esse trabalho é mais um passo nessa direção.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva – garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Volume 1.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. **Surdez e deficiência auditiva – qual a diferença?** Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: <[www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA\\_SURDEZ\\_Surdez\\_X\\_Def\\_Audit\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf)>. Acesso em 26 out. 2016.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: UNESCO, 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Aviso Curricular n. 277**, de 8 de maio de 1996. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf)>. Acesso em 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 10, 21 dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, jan. 2008. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf)>. Acesso em 05 jan. 2017.

DUARTE, E. R. et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 2, p. 289-300, 2013.

FERREIRA, W. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? **Inclusão – Revista da Educação Especial**, n. 1, p. 40-6, out. 2005.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, T.; HOSTINS, R. C. L. Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma revisão da legislação. **UNOPAR Científica**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 194-200, 2015.

UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013.

VALENTINI, C. B.; BISOL, C. A. **Inclusão no Ensino Superior**: Especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.